

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.497 - CE (2019/0292187-9)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
RECORRENTE : VALERIA AGUIAR PASTORIN
ADVOGADOS : LELIANA MARIA ROLIM DE PONTES VIEIRA - DF012051
RAFAEL HENRIQUE DE MELO LIMA - DF020298
CLAUDIO ARÊDES DA CUNHA - DF027490
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por VALERIA AGUIAR PASTORIN, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, que não conheceu da ordem ali impetrada.

Requer, liminarmente, a suspensão da *ação penal* nº 0846290-10.2014.8.06.0001, até a análise do mérito do presente recurso em *habeas corpus*, e, no mérito, o provimento do recurso para rejeitar a denúncia, uma vez que *não existem indícios mínimos para sustentar a ação penal*.

É o relatório.

DECIDO.

Conforme relatado, busca a defesa, em liminar, a suspensão da ação penal.

A concessão de liminar em recurso em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Nesse contexto, ao menos em cognição sumária, não se detecta manifesta ilegalidade apta a ensejar o deferimento da medida de urgência, pois se faz necessário exame aprofundado da suficiência da cautelar atípica.

Assim, para garantir a eficácia plena das decisões dominantes na Turma, melhor o exame do recurso em *habeas corpus* por ocasião do julgamento definitivo de mérito.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator

